



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA MAQUIVALDA BARROS**

REQUERIMENTO Nº 115/2026

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA O ENVIO DE OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS – SAAEP, SOLICITANDO INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS ACERCA DA ATUAÇÃO OPERACIONAL DA AUTARQUIA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO MESMO APÓS A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO À EMPRESA AEGEA SANEAMENTO.

Requeiro, nos termos do art. 202 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que o Senhor Presidente da Mesa Diretora determine o envio de ofício ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Diretoria Executiva do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas – SAAEP, para que sejam prestadas informações e encaminhados documentos acerca da atuação operacional da autarquia na zona urbana do Município, mesmo após a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à empresa AEGEA SANEAMENTO.

Parauapebas, 31 de março de 2026.

**MAQUIVALDA BARROS
Vereadora – PDT**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
GABINETE DA VEREADORA MAQUIVALDA BARROS

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade obter esclarecimentos acerca da atuação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas – SAAEP na zona urbana do Município, mesmo após a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à empresa AEGEA Saneamento.

Conforme informações oficiais prestadas pelo próprio Poder Executivo, a concessão transferiu à iniciativa privada a responsabilidade pela execução dos serviços de saneamento na zona urbana, permanecendo o SAAEP com atribuições remanescentes, especialmente voltadas à zona rural, além de funções de apoio técnico, fiscalização e acompanhamento contratual.

Entretanto, foi divulgado, em 20 de março de 2026, conteúdo institucional do SAAEP informando a realização de serviços operacionais na zona urbana, incluindo a substituição de tampa de Poço de Visita (PV) no cruzamento da Rua Araguaia com a Rua Santa Maria, bem como a informação de que as equipes da autarquia seguem executando serviços em diversos pontos da cidade.

Tal situação evidencia possível sobreposição de atribuições entre a autarquia municipal e a concessionária, uma vez que, no regime de concessão, a execução direta dos serviços urbanos é de responsabilidade da empresa contratada.

Com isso, torna-se necessário esclarecer a base legal, contratual e operacional que fundamenta a atuação do SAAEP na zona urbana, bem como verificar o eventual caráter emergencial, transitório ou excepcional dessas intervenções, além de assegurar transparência quanto ao uso de recursos públicos e à correta execução do contrato de concessão.

Assim, o presente requerimento visa garantir o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, promovendo segurança jurídica, clareza na definição de responsabilidades e proteção ao interesse público.

Diante do exposto, solicitam-se as seguintes informações e documentos:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DA VEREADORA MAQUIVALDA BARROS

1. Esclarecimento formal acerca da base legal e contratual que autoriza o SAAEP a executar serviços operacionais na zona urbana do Município após a concessão dos serviços de saneamento à empresa AEGEA SANEAMENTO;
2. Informação detalhada sobre quais tipos de serviços o SAAEP está autorizado a executar na zona urbana, especificando se tais atividades possuem caráter emergencial, transitório ou subsidiário;
3. Informação sobre a existência de cronograma de serviços urbanos executados pelo SAAEP, conforme divulgado institucionalmente, com o encaminhamento de cópia integral do referido cronograma;
4. Relação de empresas contratadas ou terceirizadas pelo SAAEP que estejam executando serviços na zona urbana, com indicação do número dos contratos, objeto, valores, vigência e local de execução;
5. Encaminhamento de cópia do contrato de concessão (ou dos trechos pertinentes) que tratam da divisão de responsabilidades operacionais entre a concessionária e o Município/SAAEP.

Diante da relevância dos fatos expostos e da necessidade de assegurar transparência, legalidade e adequada fiscalização da execução dos serviços públicos essenciais no Município, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Requerimento.

Parauapebas, 31 de março de 2026.

MAQUIVALDA BARROS
Vereadora – PDT